



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE Lei nº 002/78

AUTOR: José Gomes

ASSUNTO: "Estabelece normas para
execução de serviço de transporte
individual de passageiros em
veículos de aluguel, e dá outras
providências."



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

10/01/78

PROJETO DE LEI Nº 002/78

"Estabelece normas para execução de serviço de/ transporte individual de passageiros em veícu/ los de aluguel, e dá outras providências:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna -/ aprova, e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade -/ de Prefeito do Município de Ibiúna, sanciono / e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO.-1º.- O transporte individual de passa/ geiros, no Município, em veículos de aluguel, constitui serviço de -/ interesse público, executado, mediante prévia e expressa autorização/ da Prefeitura, consubstanciada pela outorga do Termo de Permissão e / Alvará de Estacionamento, nas condições estabelecidas por esta lei.

ARTIGO.-2º.- A exploração do serviço de trans// porte de passageiros, por meio de taxi, é permitida ao motorista - // profissional autônomo, ressalvado o disposto no artigo 4º, parágrafo/ 2º.

ARTIGO.-3º.- Os veículos de aluguel, em serviço no Município, somente poderão ser dirigidos por motoristas devidamen/ te inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de Taxis(CONDUTAX),/ ora criado.

ARTIGO.-4º.- Considerar-se-á motorista profis-/ sional autônomo, aquele que dirija, pessoalmente, veículos de sua -// propriedade.

PARAGRAFO PRIMEIRO=Admitir-se-á a co-proprie// dade de 02(dois) motoristas profissionais autônomos, para um só veí-/ culo, desde que previamente inscritos no Cadastro Municipal e não -// sejam proprietários ou co-proprietários de outro, com ALVARÁ DE ESTA/ CIONAMENTO, em vigor.

SEGUE...II//



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

16/02/57 II

PARÁGRAFO SEGUNDO—Ocorrendo doença, impeditiva da prestação de serviço por mais de 30(trinta) dias, devidamente comprovada pelo INPS, ensejará a substituição do titular por outro motorista, na direção do veículo, enquanto perdurar a inatividade, satisfeitas as exigências do artigo 3º.

PARÁGRAFO TERCEIRO—A substituição será por prazo certo, prorrogável tantas vezes quantas forem necessárias,—sempre mediante comprovação do Órgão Previdenciário, referido no parágrafo segundo.

ARTIGO.-5º.- Para obter inscrição no CONDUTAX o interessado deverá satisfazer os seguintes requisitos:

- I- Ser portador da Carteira Nacional de // Habilitação;
- II- Apresentar atestado de residência no -/ Município; *Grande N.º - domicílio?*
- III- Possuir exame de sanidade, em vigor;
- IV- Apresentar folha corrida de antecedentes criminais; e
- V- 03(tres) fotografias recentes, tamanho/ 3x4. *4x4 ou 5x4*

PARÁGRAFO PRIMEIRO— Para o efeito desta lei, considera-se como residência do inscrito aquela que constar do atestado fornecido para a inscrição no CONDUTAX, ^{sendo} obrigatória a comunicação e comprovação de qualquer mudança.

PARÁGRAFO SEGUNDO— Vencido o prazo de exame / de habilitação, o inscrito deverá apresentar à CONDUTAX, dentro de/ 30(trinta) dias, comprovante da atualização, pena de cancelamento / da inscrição.

PARAGRAFO TERCEIRO—Ocorrendo a hipótese pre// vista na parte final do parágrafo anterior, nova inscrição depende/ rá de vaga no "ponto de estacionamento"

SEGUE...III/



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

III

ARTIGO.-6º.- Em caso de invalidez do motorista, inscrito na CONDUTAX, comprovada pelo INPS, ou de morte, um substituto poderá ser indicado, enquanto perdurar a incapacidade, ou existir herdeiros, até que estes tenham adquirido plena capacidade civil, e/ preenchidos, pelo substituto, os requisitos do artigo 5º. e seus parágrafos.

ARTIGO.-7º.- Os veículos utilizados no serviço/ definido nesta lei devem ser da categoria automóvel, dotado de 02-// duas ou 4 quatro portas, em bom estado de funcionamento, segurança,/ higiene e conservação, tudo comprovado por meio de prévia vistoria,/ policial ou da própria Prefeitura.

ARTIGO.-8º.- Além de outras condições a serem// estabelecidas em regulamento, os veículos deverão ser dotados dos -/ seguintes requisitos:

- 1-caixa luminosa, com a palavra "TAXI"
- 2-cartão de identificação do motorista, e
- 3-tabela das tarifas, em vigor.

ARTIGO.-9º.- O alvará de estacionamento é docu/ mento pelo qual é autorizada a utilização do veículo para a presta-/ ção dos serviços definidos nesta lei, bem como seu estacionamento em via pública, em pontos previamente estabelecidos.

ARTIGO.-10º- O alvará de estacionamento requeri/ do, em caráter inicial, somente será expedido ao veículo que tenha,/ no máximo 1(um) ano de fabricação, após comprovação, do preenchimen/ to das exigências, estabelecidas nos artigos 3º, 5º e 7º desta lei.

ARTIGO.-11º- Ao motorista profissional autônomo / somente poderá ser concedido um ALVARÁ, relativo ao veículo de sua / propriedade, nos termos da legislação federal.

ARTIGO 12º- O alvará de estacionamento tem vali/ ^{Podê} dade por um ano e será expedido mediante requerimento, no primeiro / mês de cada ano, seguido de pagamento de uma taxa de valor igual a / 1 um salário mínimo de maior valor da Região.

SEGUE..IV/



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

IV

PARAGRAFO PRIMEIRO- A taxa referida neste artigo poderá ser paga em 03(tres) vezes, em parcelas de igual valor, uma // em janeiro, no ato do requerimento do alavrá de estacionamento, a -// segunda em julho e a terceira em outubro, até o dia 30 desses últimos meses.

PARAGRAFO SEGUNDO- O atraso, no pagamento, por mais de 30 trinta dias, após o vencimento do segundo ou de terceiro / prazos, implicará na cassação automatica do alavrá de estacionamento.

ARTIGO.- 13º- O alavra é pessoal, permitida a transferencia somente nos casos previstos nesta lei.

ARTIGO.-14- A transferecna de alvará poderá - ser operada, quando:

- a)-ocorrer a morte do motorista autonomo
- b)-constatar-se incapacidade ou invalidez permanen te do motorista autonomo, para a profissão, declarado pelo INPS.
- c)-ocorrer a hipotese prevista no artigo 4º, para grafo 1º, para um dos co-proprietários;
- d)- houver interesse do proprietário, mediante o pagamento de uma taxa, correspondente a 6 seis salários minimos da região.

PARAGRAFO UNICO-Na hipotese, prevista no item "a" ao espólio, a viuva e aos herdeiros, é facultado registrar para e -/ veículo.

ARTIGO-15º- A permuta de veículos, cujos propri etários possuam alvará, do mesmo ou de outo pronto,equivalea transfe rência, sujeitando-se cada um dos permutantes ao pagamento da taxa// prevista no item " d" do artigo anterior.

ARTIGO 16º- Atendidas as formalidades legais e regulamentares, a transferencia do alvará será procedida mediante -- cancelamento do anterior e expedição de ooutro, em nome do adquirente do veículo e pelo prazo restante do primitivo, paga a taxa correspon dente.

ARTIGO-17º- O permissionário poderá pleitear a substituição do veículo indicado no alvará por outro, de fabricação

SEGUE V



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1105
11/05/1971 V

mais recente, de igual ou maior número de portas, observadas as demais exigências legais e regulamentares.

ARTIGO.-18- Não será expedido alvará a permissionário, até que se comprove o pagamento.

ARTIGO-19- Os pontos de estacionamento serão estabelecidos pela Prefeitura, considerada sempre a proporção de um taxi para cada 500 quinhentos habitantes.

PARAGRAFO PRIMEIRO- Os taxis deverão ser distribuídos em "pontos" de estacionamento, no perímetro urbano, - distantes, no minimo 200 metros um do outro.

ARTIGO-20- Ocorrendo vaga em que qualquer ponto de estacionamento será preenchido mediante pedido de transferência formulado pelos permissionários de outros pontos após a devida comunicação, obedecida a ordem de antiguidade.

ARTIGO-21- Os pontos de estacionamento" serão fixados por ato do Prefeito, do qual constará a discriminação da sua localização e da quantidade de veículos a que ele se destina.

ARTIGO-22- Na localização dos pontos deverá o Prefeito atender as conveniências do trânsito, a estética da cidade e as necessidades do público, obedecendo as diretrizes traçadas pelo plano Piloto ou pelo Plano Diretor.

ARTIGO-23- Qualquer "ponto de estacionamento" poderá por motivo de interesse público, ser extinto, transferido, ampliado ou diminuído.

PARAGRAFO PRIMEIRO-No caso de extinção serão transferidos para outro "ponto".

PARAGRAFO SEGUNDO-No caso de redução, serão transferidos os veículos de menor permanência no ponto.

ARTIGO-24-Cada "ponto" de automóveis de aluguel elegerá um coordenador e um vice coordenador, com mandato de dois anos, processando-se essa eleição pelos motoristas do respectivo ponto, pela forma direta e secreta, fazendo-se comunicação ao Prefeito para o devido registro

PARAGRAFO UNICO-No caso de superveniência de



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1506
Jun
VI

pedimento do eleito, será realizada nova eleição para a complementação do período faltante.

ARTIGO-25- os coordenadores elegerão entre si, na forma do artigo 24, um coordenador geral com mandato de 02dois - anos, a quem caberá as funções de arbitro em todas as questões que por ventura surgirem entre os pontos, além das de delegado entre o executivo e os motoristas na solução de assuntos atinentes a classe.

ARTIGO-26- As irregularidades ocorridas nos pontos de estacionamento serão comunicadas a Coordenadoria Geral, pelo coordenador competente, sendo aplicáveis apurada a responsabilidade do infrator as seguintes penalidades, conforme a gravidade da falta.

- a)- repreensão.
- b)- suspensãoate 15dias;
- c)-suspensão dos direitos ao ponto até 02dois

anos.

PARAGRAFO PRIMEIRO- A aplicação da penalidade prevista na letra "a" deste artigo cabe a coordenadoria geral ao estabelecido nas letras b e c será de competência exclusiva do prefeito, após a sindicância para apurar a responsabilidade do infrator.

PARAGRAFO SEGUNDO-A suspensão dos direitos de exploração dos serviços, impedirá a permuta de local e a transferência de tais direitos a terceiros de que tratam os artigos 5º e 6º desta lei.

PARAGRAFO TERCEIRO- O motorista que tiver seus - direitos cassados, não poderá exercer a profissão em nenhum ponto do município, durante a vigência da penalidade.

ARTIGO-27- A prefeitura poderá permitir o estacionamento de veículos para execução dos serviços de lotação, com a utilização dos veículos de tipo Kombi.

PARAGRAFO UNICO-Para esse tipo de serviço somente poderão ser criados dois 02 pontos no perímetro urbano, distantes entre si mais de duzentos 200 metros.

ARTIGO-28º- Os permissionários e condutores de táxis deverão respeitar as disposições legais e regulamentares bem como facilitar, por todos os meios, a atividade da fiscalização municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1607/7

ARTIGO-29- Os motoristas profissionais autônomos serão obrigados ainda, a:

- a)- manter o veículo em boas condições de tráfego
- b)- fornecer a prefeitura dados estatísticos - e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização.
- c)- atender as obrigações fiscais e previdenciárias.

PARAGRAFO UNICO- ao permissionário é vedado manter proposto para dirigir o veículo.

ARTIGO-30- É obrigação de todo condutor de taxi observar os deveres e proibições do código Nacional de trânsito e, especialmente:

- a)- tratar com polidez e urbanidade os passageiros e o público;
- b)-trajar-se adequadamente
- c) não recusar passageiros
- d) não cobrar acima da tabela
- e)-não permitir excesso de lotação.

ARTIGO-31- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA
em 23 de fevereiro de 1.978.


Vereador - JOSÉ GOMES
Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

11.08
1978

JUSTIFICATIVA

SENHORES VEREADORES

A presente proposição tem por objetivo estabelecer normas para execução de serviço de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel e dá outras providências.

Como não ignoram os Senhores Vereadores, os taxis prestam inestimáveis serviços à população e, como também sabem as leis que regulam os serviços de taxis em nosso município, não preve a segurança do motorista e o amparo da sua família.

Assim, entendemos que é obrigação do Executivo dar a devida cobertura a nobre classe dos profissionais do volante, dando-lhes as devidas garantias, pois é de onde tiram o sustento de suas famílias, e como chefes de famílias tem a sua responsabilidade - a cumprir confiando nas autoridades que governam o município

Ante ao que foi exposto, imperioso se tornou a apresentação do presente projeto, que submetemos ao crivo dessa Egrégia Corporação, esperando venha a ser transformado em lei.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA AOS 23 dias do mês de fevereiro de 1.978.


Vereador JOSÉ GOMES
Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

11/09
H. P. Campos

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o presente projeto de lei, foi enca-
minhado as Comissões Competentes para ser emitido/
Parecer.

Ibiúna, 27 de fevereiro de 1.978.


MARIA DA PENHA CAMPOS
Diretora da Secretaria Administrativa



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1310
P.1-1

SECRETARIA

COMISSÃO DE OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

Parecer ao Projeto de Lei nº 02/78 - L.

Relator : Júlio César Rabelo.

O presente projeto de Lei é legal e constitucional, o que concluímos após examinar o projeto original e também as emendas apresentadas pela Comissão de Justiça e Redação. Verificamos também que o referido projeto não contém dispositivos que visam proteger o público, contra abusos que venham a ser cometidos por motoristas. Outro aspecto, também observado é quanto aos artigos que fixam como competência do Chefe do Executivo a criação, bem como a localização de pontos de estacionamento. Concluímos não serem necessárias leis ordinárias para tal finalidade, visto que a Lei Orgânica dos Municípios, delegam plenos poderes ao Sr. / Chefe do Executivo sobre a matéria. Chamamos a atenção, ainda, dos demais vereadores desta Casa de Leis, sobre o Parágrafo 1º do artigo 19º ou Parágrafo 2º da emenda apresentada, no artigo 19º. A simples disposição dos pontos de estacionamentos, distantes um do outro, no mínimo 200 metros, pode / não estar de acordo com a estética urbana e conveniências do trânsito. Muito menos será conveniente aos Srs. profissionais pois, os referidos pontos serão localizados em ruas com o - / mínimo de infra estrutura e longe dos muitos usuários. Como o Sr. Prefeito pretende desenvolver muito breve, os melhoramentos necessários em várias ruas, resolvemos manter o parágrafo na forma original. Porém, colocamo-nos a disposição para revogá-lo, através de projeto de lei, se for impraticável sua adoção.

cont.....

Rabelo



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1978
10/01/78
P. 3-2

SECRETARIA

Esclarecidos estes pontos conflitantes na legislação, somos pela aprovação do presente projeto de lei e suas emendas.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1978.

Júlio César Rabelo.

Luiz Gabriel Vieira.

Laurindo B. Moraes.

Miguel Pereira da Silva.

Issao Saito.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

P. 1-3

SECRETARIA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.


Parecer ao projeto de lei nº 02/78 - L.

Autor : vereador José Gomes.

Relator : Júlio César Rabelo.

O presente projeto de lei foi apreciado pelos vereadores/da comissão acima, decidindo-se pela apresentação de emendas que visam tornar a proposição legal e constitucional,/no todo. Outras emendas visaram ainda, adaptar o projeto e conectar a situação real em que se encontram os profissionais que prestam esses serviços à comunidade, para uma outra situação totalmente inovadora. Procuramos eliminar /eventuais distorções nestas inovações, cujo processo poderia macular o trabalho e apreciação do projeto pelos demais vereadores desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07 de março de 1978.


Júlio César Rabelo.


Luiz Gabriel Vieira.


Fadlo Rahal.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

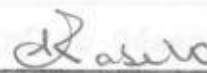
9.5.4

EMENDA ADITIVA Nº 01.

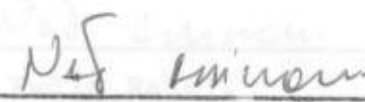
Fica acrescido no artigo 6º do projeto de lei nº 02/78 e com a seguinte redação:


- "..... preenchidos pelos substitutos os requisitos do artigo 5º e seus parágrafos."-----

Sala das Comissões, 07 de março de 1978.


Júlio César Rabelo.

Relator.


Fadlo Rahal.


Luiz Gabriel Vieira.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

P. 1. 5

EMENDA ADITIVA Nº 02.

Fica acrescido no artigo 10º do projeto de lei nº 02/78 e com a seguinte redação:

- ".....do preenchimento das exigências estabelecidas nos artigos 3º, 5º, 7º e 8º desta lei." -

Sala das Comissões, em 07 de março de 1978.

Júlio César Rabelo

Relator.

Fadlo Rahal.

Luiza Gabriel Vieira.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

9.5-6

EMENDA ADITIVA Nº 03.

Parágrafo
Acredita-se uma ~~letra~~ ao artigo 14º do projeto de Lei nº 02/78-L
com a seguinte redação:

Parágrafo 1º serão permitidas uma transferência de alvará por ano apenas,
excessão feita para os casos que se enquadrem nas letras a, b
e c deste mesmo artigo.

Sala das sessões, em 08 de março de 1978.

Júlio César Rabelo.

Relator.

Fadlo Rahal.

Luiz Gabriel Vieira.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

9.3.78


SECRETARIA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01.

Fica modificado em parte o artigo 12º, passando a ter a seguinte redação:

- " O alvará de estacionamento tem validade por um ano e será expedido mediante requerimento, no primeiro mês de cada ano seguido do pagamento de taxa única, estipulada pelo chefe do Executivo."

Sala das Comissões, em 07 de março de 1978.


Júlio César Rabelo.
Relator.


Fadlo Rahal.


Luiz Gabriel Vieira.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

P. 5. 8

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02.

Que modifica a letra d, do artigo 14º, passando a ter a seguinte redação:

- " d) houver interesse do proprietário mediante pagamento de uma taxa a ser estipulada pelo chefe do Executivo."

Sala das Comissões,

Em 07 de março de 1978.

Júlio César Rabelo

Júlio César Rabelo.
Relator.

Fadlô Rahal

Fadlô Rahal.

Luiz Gabriel Vieira
Luiz Gabriel Vieira.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

P. 1. 3

EMENDA MODIFICATIVA Nº 03.

Fica modificado o artigo 19 e seu parágrafo, passando a ter a seguinte redação: - " Artigo 19º - Os pontos de ~~estaciona-~~mentos serão estabelecidos pela prefeitura."

Parágrafo 1º - O número total de veículos no totalde pontos / estabelecidos pela prefeitura, serão considerados na proporção de 01 (hum) táxi para cada 500 (quinhentos) habitan-/tes.

Parágrafo 2º - Os taxis deverão ser distribuídos em pontos de estacionamento, no perímetro urbano, distantes no mínimo, um de outro 200 metros.

Parágrafo 3º - Se ocorrer a extinção dos atuais pontos de es-/tacionamentos, as vagas nos novos pontos criados pela prefei-/tura, serão preenchidos por ordem de antiguidade dos permis-/sionários, ~~ou de seus veículos, este último, quando tiver havido compra, comprovadamente, dos direitos de outro permissionário.~~

Parágrafo 4º - Após comprovação pelo I.B.G.E. (Iⁿstituto Bra-sileiro de Geografia e E^statística) que a população do municí-pio atinge ou ultrapasse os 35.000 habitantes, o número total de taxi serão considerados na proporção de 01 (hum) taxi pa-ra cada 1.000 (hum mil) habitantes.

Parágrafo 5º - *No caso de permissão anterior.* Entrando em vigor o parágrafo imediatamente an-terior, ficam estabelecidos os critérios abaixo:

a) ficam resguardados os direitos dos permissio-/nários em excessos, ~~obedecidos os critérios de antiguidade,~~ -/desde que o 1º (primeiro) alvará concedido, seja de data ané-terior a promulgação da presente Lei, excessão feita aos per-/missionários que se enquadrarem na letra b, do presente pará-/grafo.

b) O Chefe do executivo poderá, a titulo de reduzir o número de veículos, cassar o alvará de permissionários que premeditadamente tenham infringido a presente Lei.

cont.....



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

P.1-10

Sala das Comissões, em 08 de março de 1978.

Júlio

Júlio César Rabelo.
relator.

Fadlo Rahal.

Luiz
Luiz Gabriel Vieira.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/78-L:

O projeto de lei § de autoria do Nobre Vereador José / Gomes, é legal e constitucional, pois, compete ao "município"fixar -/ locais de estacionamento de taxis e demais veículos" e " conceder, / permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos e de taxis e fixar as respectivas tarifas"(art 3º, nºXI, letras "b" e "c", da Lei Orgânica dos Municípios.

A competência legislativa não é daquelas que se enquadram nas atribuições exclusivas do Prefeito.

Entretanto, a proposição é, em parte, inconstitucional quando cria ou estabelece o valor de taxas ou tributos, uma vez que/ é de competência exclusiva do Prefeito a iniciativa dos projetos de/ Lei que disponham sobre matéria financeira(artigo 27, §1º, nº 1, da/ citada lei).

Além disso, entendemos que diversas modificações devam ser introduzidas na proposição e que nos leva a apresentação de um / substitutivo ao projeto, atendendo-se, o quanto possível, ao espírito e às diretrizes da proposta original.

SALA DAS COMISSÕES, em 10 de abril de 1.978.

- A APRESENTAÇÃO do Projeto Substitutivo se deve também ao fato de grande número de emendas apresentadas pelas Comissões dificultando muito à Comissão de Justiça e Redação a elaboração da Redação Final.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

01

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 002/78-L

Estabelece normas para execução de Serviços de/
transporte individual de passageiros em veícu-/
los de aluguel, e dá outras providências.

ARTIGO.1º.-O transporte individual de passageiros, no Município, em/
veículos de aluguel, constitui serviço de interesse públi-
co, que somente poderá ser executado mediante prévia e -/
expressa autorização da Prefeitura, a qual será consubs-/
tanciada pela outorga de Termo de Permissão e Alvará de /
Estacionamento, nas condições estabelecidas por esta lei.

ARTIGO.2º.-A exploração de serviço de transporte de passageiros por/
meio de taxi, só poderá ser permitida a motorista profis-
sional autônomo devidamente inscrito no cadastro Municipi-/
pal de Condutorias de Taxi(CONDUTAX), ora criado.

ARTIGO.3º.-Considerar-se-á motorista profissional autônomo, para os/
fins desta lei, aquele dirija pessoalmente veículos de -/
sua propriedade.

§ 1º.-Admitir-se-á a co-propriedade de um só veículo por/
dois(2) motoristas profissionais autônomos, desde que, //
previamente inscritos no CONDUTAX, não seja, qualquer um/
deles, proprietário ou co-proprietário de outro taxi com/
alvará de estacionamento em vigor.

§ 2º.-Ocorrendo doença, invalidez ou incapacidade, que im-
possibilite a prestação de serviço, por mais de 30(trinta)
dias, devidamente comprovada pelo órgão competente da Pre-
vidência Social, poderá o proprietário de taxi indicar ou-
tro motorista para dirigir o veículo, enquanto perdurar a
inatividade.

§ 3º.-A substituição será sempre por prazo curto, prorro-/
gável tantas vezes quantas forem necessárias, mediante a/
competente comprovação do órgão previdenciário

ARTIGO.4º.-Para obter inscrição ao CONDUTAX, deverá o interessado sa-
tisfazer os seguintes requisitos:

I- Ser portador de Carteira Nacional de Habilitação, de -/



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

02

categoria profissional, expedida a mais de dois(2) anos;

II-Apresentar atestado de residência no Município;

III-Apresentar exame de sanidade;

IV -Apresentar folha corrida, de antecedentes -/ criminais;

V- Apresentar três(3) fotografias recentes, de / tamanho 3x4.

§ 1º.-No caso do ítem IV deste artigo, será negada a inscrição se constar condenação:

a)- por crime doloso;

b)- por crime culposos, se reincidente até três -/ (3) vezes, num período de cinco(5) anos.

§ 2º.-Para os efeitos desta lei, será considerada como residência do interessado aquele que constar de atestado fornecido para a inscrição no CONDUTAX sendo obrigatória a comunicação e comprovação de/ qualquer mudança.

ARTIGO.5º.-A inscrição ao CONDUTAX será sempre revalidada toda vez que se vencer o prazo de vigência do exame do motorista/ e, periodicamente, conforme determinar a Prefeitura.

§ 1.-Não sendo revalidada até trinta (30)dias, -/ contados, em cada caso, da data do vencimento ou/ da determinada pela Prefeitura, a inscrição será/ automaticamente cancelada.

§ 2º.-Para a revalidação da inscrição serão exigidos os requisitos previstos no artigo anterior.

ARTIGO.6º.-No caso do §2º do artigo 3º, o substituto indicado deverá ser obrigatoriamente inserido no CONDUTAX, atendidos as exigências do artigo 4º.

ARTIGO.7º.-Ocorrendo a morte do proprietário do taxi, poderá o seu Espólio indicar um motorista, inserido no CONDUTAX, para dirigir o veículo, até que seja homologada a partilha / dos respectivos bens.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

03

ARTIGO. 8º.-Nenhum veículo de aluguel poderá estacionar em ponto de taxi, sem estar o seu proprietário de posse do Termo de Permissão e Alvará de Estacionamento fornecido pela Prefeitura Municipal.

§ 1º.-Os documentos de que trata este artigo -/ tem vigência anual e se vinculam ao pagamento / de taxa Municipal respectiva.

§ 2º.-Do requerimento solicitando a permissão / e o alvará deverá constar:

I -O tipo de taxi a ser licenciado e as características do veículo, tais como marca, ano de fabricação, e cor, mencionando-se inclusive o / número do registro;

II -Declaração expressa de que o requerente se / sujeite às condições constantes desta lei e às / normas de bem servir ao público;

III-Prova de inscrição no CONDUTAX.

ARTIGO. 9º.-O Alvará de Estacionamento deverá ser renovado anualmente mediante o pagamento das taxas previstas na legislação Municipal.

ARTIGO. 10º.-Os veículos a serem utilizados nos serviços definidos / nesta lei, deverão ser da categoria automóvel, dotados / de quatro(4) ou duas(2) portas, e encontrarem-se em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, tudo comprovado através de vistoria prévia, policial ou da própria Prefeitura.

ARTIGO. 11º.-Além de outras condições que poderão ser estabelecidas / em regulamento, os veículos deverão ser dotados de:

- a)-caixa luminosa, com a palavra "TAXI";
- b)-cartão de identificação do motorista;
- c)-tabela das tarifas em vigor.

ARTIGO. 12º.-O Alvará de Estacionamento, em caráter inicial, somente será expedido ao veículo que tenha, no máximo, um(1) ano de fabricação, e após o requerente ter comprovado o - /



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

04

ARTIGO.13º.-Ao motorista profissional autônomo somente poderá ser /
concedido um Alvará de Estacionamento, relativo ao veí-
culo de sua propriedade.

ARTIGO.14º.-O Alvará é pessoal, permitido a transferência nos se- /
guintes casos:

- a)-quando ocorrer a morte do motorista autônomo;
- b)-quando se constatar incapacidade ou invalidez perma-
nente do motorista autônomo, declarada pelo órgão da
Previdência Social;
- c)-No caso de aposentadoria do motorista profissional /
autônomo;
- d)-quando ocorrer hipótese do § 1º de artigo 3º, para /
um dos co-proprietários.

PARÁGRAFO ÚNICO- O Alvará somente poderá ser transferi-
do a motorista autônomo inscrito no CONDUTAX.

ARTIGO.15º.-Atendidas as formalidades legais e regulamentares, a -/
transferência do Alvará será procedida mediante cancela-
mento do anterior e expedição de outro, pelo prazo res-
tante do primitivo.

ARTIGO.16º.-O permissionário poderá pleitear a substituição do veí-
culo indicado no Alvará, por outro de fabricação mais /
recente, de igual ou de maior número de portas, observa-
das as demais exigências legais e regulamentares.

ARTIGO.17º.-Não será expedido Alvara a permissionário em débito com
tributos relativos à atividade de multas municipais que
digam respeito ao veículo ou ao serviço permitido, até/
que se comprove o pagamento.

ARTIGO.18º.-Os pontos de estacionamento de taxis serão estabeleci- /
dos pela Prefeitura, considerada sempre a proporção de/
um(1)veículo para uma população de quinhentos(500)habi-
tantes.

§ 1º.-Para efeito deste artigo, o número de habitantes /
será aquele determinado pelo Instituto Brasileiro de -/
Geografia e Estatística *falta saber*

Roberto



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

05

tinuará o mesmo, até que seja alcançada a proporção-
nalidade a que se refere este artigo.

§ 3º.-Quando, devidamente comprovada pelo IBGE, a po-
pulação for superior a 35.000 habitantes, a proporção
nalidade de que trata este artigo passará a ser de -/
1(um) taxi para cada 1000(um mil) habitantes.

ARTIGO. 19º.- Ocorrendo vaga em qualquer ponto de estacionamento, /
esta será preenchida mediante pedido de transferência
formulado pelos permissionários de outros pontos, após
a devida comunicação, obedecida a ordem de antiguidade
de no ponto anterior.

ARTIGO. 20º.- Por motivo de interesse público, qualquer ponto poderá
ser extinto, transferido, ampliado ou diminuído.

§ 1º.-No caso de extinção, os permissionários serão /
transfereidos para outros pontos, dando-se preferência
de escolha aos mais antigos.

§ 2º.-No caso de redução, serão transferidos os per-
missionários de menor permanência no ponto.

ARTIGO. 21º. -Os permissionários de cada ponto elegerão, entre si, /
um Coordenador e um Auxiliar que o substitua, sem - /
qualquer ônus para o Município.

ARTIGO. 22º. -Os Coordenadores escolherão entre si um Coordenador /
Geral, o qual representará os permissionários em suas
relações com a Prefeitura, no sentido de solucionar /
os problemas relacionados com o serviço e exercerá as
funções de árbitro em todas as questões que porventu-
ra, surgirem entre os pontos.

ARTIGO. 23º. -O Mandato dos Coordenadores e do Coordenador Geral se
rá de dois(2) anos, permitida a reeleição.

PARAGRAFO UNICO- No caso de impedimento do eleito, se
rá realizada nova eleição para a complementação do pe-
ríodo faltante.

ARTIGO. 24º.- Será obrigatório o estacionamento de taxis nos respec-
tivos pontos, diariamente, dentro do período das

23/abril



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

06

As horas e, fora desse horário, sem prejuízo dos /
interessados, será organizada uma escala de plantão pa-
ra atendimento ao público, cabendo ao Coordenador Geral
organizá-la em 30 dias de antecedência, fazendo a devi-
da comunicação à Prefeitura.

ARTIGO.25º.-Os permissionários de pontos não poderão se ausentar -/
dos mesmos, a não ser|

- a)-para efetuar viagens de longo percurso;
- b)-por doença;
- c)-por defeito do veículo.

§ 1º.-O Coordenador do ponto deverá estar informado so-
bre as ausências e a qualquer momento prestar informa-/
ções ao Coordenador Geral e à Prefeitura.

§ 2º.-A ausência por mais de sete(7) dias, sem motivo-/
justificado, implicará na cassação da permissão.

ARTIGO.26º.-As tarifas a serem cobradas pelos serviços de taxi se-/
rão fixadas pelo Prefeito, de comum acordo com o Coorde-
nador Geral, ouvido, se for o caso, o órgão federal com-
petente e serão afixadas em veículos, em lugar bem visí-
vel aos usuários.

ARTIGO.27º.-É obrigação de todo permissionário observar os deveres/
e proibições do Código Nacional de Trânsito, as disposi-
ções desta lei e das regulamentos que forem fixados pe-
lo Prefeito e, especialmente:

- a)-tratar com polidês e urbanidade os passageiros e o /
público;
- b)-trajar-se adequadamente;
- c)-não recusar passageiros nem viagens, salvos os casos
expressamente previstos em lei;
- d)-não cobrar acima da tabela;
- e)-não permitir excesso de lotação;
- f)-não executar qualquer serviço, sem que o veículo es-
teja devidamente licenciado para tal fim;
- g)-trazer consigo o Alvará de Estacionamento e o regis-

Barbo



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Handwritten signature and date: 24/4/78

-tre de CONDUTAX.

ARTIGO.28 - Aos permissionários é vedado manter preposto ou empregado para dirigir o taxi.

ARTIGO.29 - A inobservância das obrigações estabelecidas nesta lei / sujeitará o infrator às seguintes penalidades, conforme a gravidade da falta:

- a) - advertência por escrito;
- b) - suspensão até quinze (15) dias;
- c) - suspensão dos direitos ao ponto por até dois (2) anos;
- d) - cassação da permissão.

§ 1º. -A aplicação da penalidade prevista na letra "a" - / cabe ao coordenador geral e, quanto às demais, serão da competência do Prefeito, após sindicância para apuração da responsabilidade do infrator.

ARTIGO.30 - Fica proibida a concessão de Alvará para taxis com mais de cinco (5) anos de fabricação.

ARTIGO.31 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1978.

Handwritten signature: Rabelo

Júlio César Rabelo
Relator.

Handwritten signature: Rabelo



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

15/28
JCM

O presente projeto foi encaminhado ao relator das comissões, que ora se manifestam em conjunto. O substitutivo é legal e constitucional, não deixando dúvidas também quanto ao mérito. Entendemos que é de todo conveniente disciplinar as permissões de transporte individual de passageiros, optando pela -/ aprovação do substitutivo oferecido pelas Comissões.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1978.

J. Rabelo

Júlio César Rabelo.

J. Rabelo



16.28
1977

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls.01

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº002/78 L

Estabelece normas para execução de serviços de transportes individual de passageiros em veículos de aluguel (~~TAXI~~), e dá outras providências:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiuna aprova, e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município de Ibiuna, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO -1º- O transporte individual de passageiros, no Município, em veículos de aluguel, constitui serviço de -/ interesse público, executado, mediante prévia/expressa autorização da Prefeitura, consubstanciada pela outorga do Termo de Permissão e Alvará de Estacionamento, nas condições estabelecidas por esta Lei.

ARTIGO -2º- A exploração de serviço de transporte / de passageiros, por meio de taxi, é permitida ao motorista / profissional autônomo, ressalvado o disposto no artigo 5º / ~~parágrafo~~ -.

ARTIGO-3º- Fica criado por força da presente Lei o "CONDUTAX" (Cadastro Municipal de Condutores de Taxis).

ARTIGO-4º- Os veículos de aluguel, em serviço no / Município, somente poderão ser dirigidos por motoristas devidamente inscritos no CONDUTAX.

ARTIGO -5º- Considera-se ~~se~~ motorista profissional / autônomo, aquele que dirija, pessoalmente, veículos de sua / propriedade e não possua outra profissão paralela.

ARTIGO -6º- Admitir-se-á a co-propriedade de um só / veículo por 02(dois) motoristas profissionais autônomos, desde que previamente inscritos no CONDUTAX, não seja, qualquer um deles, proprietário ou co-proprietário de outro veículo / (Taxi) com alvará de estacionamento em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Ocorrendo doença, invalidez ou / incapacidade, que impossibilite a prestação de serviço por / mais de 30(trinta) dias, devidamente comprovada pelo I.N.P.S., poderá o proprietário de taxi indicar outro motorista, desde que o mesmo esteja registrado como empregado do município.



15.29
10/11/71

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls.02

para poder dirigir o veículo enquanto perdurar a inatividade / do motorista proprietário.

PARÁGRAFO SEGUNDO A substituição ~~será~~ dar-se-á sempre que necessária, tantas vezes quanto indicar o Órgão Previdenciário

ARTIGO -72- Para obter a inscrição no CONDUTAX o interessado deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I-Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação profissional;

II-Possuir exame de sanidade física e mental em -/ vigor;

III-Apresentar atestado de residência no Município;

→ IV- Apresentar Atestado de antecedentes criminais / do D.I.C.C. e Delegacia de Polícia Local;

V- Apresentar folha corrida da Justiça Local;

VI-03(tres) fotografias recentes, tamanho 3 x 4. -/

PARÁGRAFO PRIMEIRO, No caso dos itens IV e V ~~de~~ artigo ~~de~~ ~~de~~, será negada a inscrição se constar condenação:

I- Por crime doloso;

II-Por crime culposos, se reincidente até três vezes num período de cinco (5) anos;

PARÁGRAFO SEGUNDO, Para os efeitos desta Lei, considera-se ~~se~~ como residência do inscrito aquela que constar do atestado da Delegacia de Polícia Local, fornecido para a inscrição junto ao CONDUTAX, sendo obrigatória a comunicação de qualquer mudança.

PARÁGRAFO TERCEIRO, Vencido o prazo do exame médico da Carteira Nacional de Habilitação, o inscrito deverá apresentar junto ao CONDUTAX, dentro do prazo de 10(dez) dias, comprovante da atualização, ^{sendo que,} na desobediência o condutor terá sua inscrição cancelada.

PARÁGRAFO QUARTO, Ocorrendo a hipótese do cancelamento da inscrição, prevista no parágrafo anterior, nova inscrição / dependerá de vaga em Ponto de Estacionamento.

ARTIGO-82-, Ocorrendo a morte do proprietário do taxi, poderá seu Espólio indicar um motorista, inscrito no CONDUTAX para dirigir o veículo, até que seja homologada a partilha dos



fls. 30
J. J. J.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls. 03

respectivos bens, resguardando-se o direito até que seus -/
herdeiros tenham adquirido plena capacidade para preencher /
os requisitos do artigo ~~7º~~ 7º.-

ARTIGO 9º-Os veículos utilizados no serviço defini/
do nesta Lei devem ser da categoria automóvel, datado de 02 /
(duas) ou quatro portas, em bom estado de funcionamento, se/
gurança, higiene e conservação, isto comprovado por meio de /
prévia vistoria policial e da própria Prefeitura.

ARTIGO 10º, Além de outras condições a serem estabe/
lecidas em regulamento, os veículos deverão ser dotados dos /
seguintes requisitos:-

- I- Caixa luminosa, com a palavra "TAXI";
- II- Cartão de Identificação do motorista, e
- III- Tabela das tarifas, em vigor, fornecidas pela /
Prefeitura Municipal ou Sindicato de Classe, se existir.

ARTIGO 11º-, O alvará de estacionamento é documento/
pelo qual é autorizada a utilização do veículo para a presta/
ção dos serviços definidos nesta Lei, bem como seu estaciona/
mento em vias públicas, em pontos previamente estabelecidos ,
pela Municipalidade.

ARTIGO 12º-, O alvará de estacionamento requerido -
pelos permissionários somente será expedido ao veículo que /
tenha no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, após comprovação
do preenchimento das exigências, estabelecidas nos artigos -
3º , 7º e 9º desta Lei.

ARTIGO 13º- Ao motorista profissional autônomo so/
mente poderá ser concedido o ALVARÁ, relativo ao veículo de
sua propriedade, nos termos desta Lei.

ARTIGO 14º- O Alvará de Estacionamento tem valida/
de por um ano e será expedido mediante requerimento, no pri/-
meiro mês de cada ano, seguido de pagamento de uma taxa de va
lor igual a 1(um) salário mínimo de maior valor da Região.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A taxa referida neste artigo po-
derá ser paga em ~~3~~ 3(três) vezes, em parcelas de igual valor,-
uma ~~janeiro~~ janeiro, no ato do requerimento do Alvará de Estacionamen
to, a segunda em maio e a terceira em setembro, até o dia 30 -
desses últimos meses.



fls. 31
H. 31

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls.04

PARÁGRAFO SEGUNDO— O atraso no pagamento por mais de trinta(30) dias, após o vencimento do segundo ou do terceiro prazo, implicará na cassação automática do Alvará de Estacionamento.

ARTIGO 15— O alvará é pessoal, permitida a transferência somente nos casos previstos nesta Lei.

ARTIGO 16—, A transferência de alvará poderá ser operada quando:

I—Constatar-se incapacidade ou invalidez permanente do motorista autônomo, para a profissão, declarado pelo I.N.P.S.;

II—Ocorrer a hipótese prevista no artigo 6º para um dos co-proprietários.

III—Houver interesse do proprietário, mediante o pagamento de uma taxa, correspondente a 6(seis) salários mínimos da Região;

IV—Ocorrer a morte do motorista autônomo, por intermédio de seus herdeiros.

ARTIGO 17—, A permuta de veículos, cujos proprietários possuam alvará de pontos diferentes equivale a transferência, sujeitando-se cada um dos permutantes ao pagamento da taxa prevista no item "III" do artigo anterior.

ARTIGO 18—= Atendidas as formalidades legais e regulamentares, a transferência de Alvará de um ponto para outro — será procedida mediante cancelamento da anterior e expedição — de outro Alvará, em nome do adquirente do veículo e pelo prazo restante do primitivo, uma vez recolhidas as taxas correspondentes.

ARTIGO 19—o permissionário poderá pleitear a substituição do veículo indicado no Alvará por outro de fabricação mais recente, de igual ou maior número de portas, isentando-se do recolhimento da taxa correspondente ao Alvará uma vez que — irá aproveitar-se da taxa já recolhida ao cofres Municipais.

ARTIGO 20—Não será expedido Alvará a permissionários em débito com tributos Municipais relativos a atividade de que trata esta Lei, até que se comprove seu pagamento.

ARTIGO 21— Os pontos de estacionamentos de Taxis — serão estabelecidos pela Prefeitura Municipal, considerada —



fls. 32
dupl.

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls. 05

sempre a proporção de um taxi para cada 500(quinheiros) -/
habitantes.

PARÁGRAFO ÚNICO, Os taxis deverão ser distri-/
buidos em "Pontos" de estacionamento, no perímetro urbano, /
distantes, no minimo de 100 (^{Cem} ~~centenas~~) metros um do outro./

ARTIGO 22 -, Ocorrendo a vaga em qualquer ponto /
de estacionamento, será preenchida mediante pedido de trans /
ferência fomulado pelos permissionários de outros pontos, após
a devida comunicação, obedecida a ordem de antiguidade.

ARTIGO 23 -, Os pontos de estacionamento serão fixa
dos por ato do Prefeito, do qual constarão a discriminação da
sua localização e da quantidade de veículos a que ele se des/
tina.

ARTIGO 24 -, A Prefeitura Municipal deverá determi-
nar a localização e a formação de pontos ^{para} ~~com~~ veículos tipo -
"KOMBI", para a execução de serviços de lotação, pontos estes -
qu~~a~~ destin~~ar~~ão exclusivamente para os veículos daquele tipo./

PARÁGRAFO ÚNICO- Para esse tipo de serviço ~~XXXXXX~~
A Municipalidade poderá criar tantos Pontos quantos achar con-
viniente.

ARTIGO 25 -, Na localização dos pontos deverá o Pre-
feito atender as conveniências do trânsito, a estética da cida
de e as necessidades do público, obedecendo as diretrizes tra-
çadas pelo Plano Piloto ou Plano Diretor.-

ARTIGO 26 -, Qualquer ponto de estacionamento pode/
rá por motivo de interesse público, ser extinto, transferido, -
ampliado ou diminuído.

PARÁGRAFO PRIMEIRO, No caso de extinção serão ^{os veículos} trans-
feridos para outro ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO, No caso de redução serão trans-
feridos os veículos de menor permanência no ponto.

ARTIGO 27 -, Será obrigatória a permanência de apenas
um veículo durante as 24(vinte e quatro) horas por dia em cada
"Ponto de Estacionamento".

ARTIGO 28 -, Cada Ponto de Estacionamento elegerá
um coordenador e um vice-coordenador, com mandato de 02(dois)
anos, processando-se essa eleição p~~elo~~s motoristas dos respec-



fls. 33
11/07/71

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls. 06

dos respectivos pontos, pela forma direta e secreta, fazendo-se a comunicação ao Prefeito para o devido registro

PARAGRAFO UNICO. No caso de impedimento dos eleitos será realizada nova eleição para a complementação do período faltante;

ARTIGO 29 -, Os coordenadores elegerão entre si, na forma do artigo 28, um coordenador geral de todos os pontos de Estacionamento de Taxi desta cidade, com mandato de 2(dois) - anos, quem caberá as funções de árbitro em todas as questões que por ventura surgirem entre os pontos, além das de delegado entre o executivo e os motoristas na solução de assuntos atinentes a classe.

ARTIGO 30 -, As irregularidades ocorridas nos pontos de estacionamento serão comunicadas à Coordenadoria Geral, pelo coordenador competente, sendo aplicáveis, depois de apuradas as responsabilidades do infrator, as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta:

I-Reprensão;

II-Suspensão de até 15 dias;

III-Suspensão dos direitos ao ponto de até 02(dois)

anos;

PARAGRAFO PRIMEIRO. A aplicação da penalidade prevista no item I deste artigo cabe à coordenadoria geral; ao estabelecido nos ~~itens~~ item II e III será de competência exclusiva do Prefeito, após a sindicância para apurar a responsabilidade do infrator.

PARAGRAFO SEGUNDO. A suspensão dos direitos de exploração dos serviços, impedirá a permuta de local e a transferência de tais direitos a terceiros de que tratam os artigos 7º e 8º desta Lei.-

PARAGRAFO TERCEIRO. O motorista que tiver seus direitos cassados, não poderá exercer a profissão em nenhum ponto de estacionamento do Município, durante a vigência da penalidade.

ARTIGO 31 -, Os permissionários e condutores de Taxis deverão respeitar as disposições legais e regulamentares, bem como facilitar, por todos os meios, a atividade da fiscalização



11034
L. 11034/1978

CÂMARA MUNICIPAL DE IBIUNA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

fls.07

fiscalização Municipal.

ARTIGO 32 - Os motoristas profissionais autônomos serão obrigados ainda, a|:

- I-Manter o veículo em boas condições de tráfego;
 - II-Fornecer à Prefeitura sede da CONDUTAX, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados - para fins de controle e fiscalização;
 - III-Atender as obrigações fiscais e previdenciárias.
- PARÁGRAFO ÚNICO - Ao permissionário é vedado manter preposto para dirigir o veículo.

ARTIGO 33 - É obrigação de todo condutor de TAXI - - observar os deveres e proibições do Código Nacional de Trânsito, suas Portarias e Determinações legais e especialmente:

- I-Tratar com polidez e urbanidade os passageiros e o público em geral;
- II-Trajar-se adequadamente;
- III- Não recusar passageiros;
- IV-Não cobrar acima da tabela;
- V- Não permitir excesso de lotação.-

ARTIGO 34 -

Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

SALA DAS SESSÕES em 24 de MAIO de 1.978.-


-JOAQUIM ELIAS -

-Vereador-



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

16.35
10/06/78

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 002/78-L:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Vereador José Gomes, recebeu dois Substitutivos, sendo o primeiro desta Comissão e o segundo do Nobre Vereador Iuquim Elias.

Face ao Regimento Interno da Casa, duas situações diferentes estão presentes.

Assim, nos termos do § 1º do artigo 161 do referido Regimento, "apresentado o Substitutivo por Comissão Competente ou / pelo autor, será discutido, preferencialmente, em lugar do Projeto/ original".

Segundo o mesmo parágrafo, se o substitutivo é apresentado por outro Vereador, "o Plenário deliberará sobre a suspensão da discussão, para envio à Comissão Competente".

Neste caso, se o Plenário decidir pelo prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o Substitutivo, como determina o § 2º do artigo 161.

No caso, tendo sido apresentados dois Substitutivos, deliberam o Plenário a suspensão da discussão.

Em consequência, veio o processo a esta Comissão, -/ para resolver o empasse surgido.

Sem entrarmos no mérito da decisão da Mesa, aceitando o segundo Substitutivo, temos para nós, atendendo à letra do Regimento Interno, que se deva dar preferência ao Substitutivo apresentado por esta Comissão, mesmo porque são poucas as divergências/ entre as duas proposições, mais de forma ~~do~~ que de fundo.

É óbvio que o Substitutivo poderá ser emendado por / ocasião da primeira discussão. Nessas condições, como o Regimento / é omissivo, sugerimos seja este parecer submetido à apreciação do Plenário e, se aprovado, sejam tomadas as providências determinadas -/ pelo artigo 116, ou seja, colocação do Substitutivo na Ordem do Dia para primeira discussão, fornecendo a Secretaria aos Srs. Vereadores / res cópias do mesmo.

Dr. Aselo

SALA DAS COMISSÕES, EM 20 DE JUNHO DE 1.978.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

1636
J. J. J.

AUTOGRAFO DE LEI Nº 023/78

Estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, e dá outras providências:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna -/ aprova, e eu ORLANDO DA SILVA, na qualidade de Prefeito do Município de Ibiúna, sanciono e -/ promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO -1º- O transporte individual de passageiros no Município, em veículos de aluguel, constitui serviço de interesse público, executado mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura, consubstanciada pela outorga do Termo de Permissão e Alvará de Estacionamento, nas condições estabelecidas -/ por Lei.

ARTIGO -2º- A exploração de serviço de transporte de passageiros, por meio de taxi, é permitida ao motorista/ profissional autônomo, ressalvado o disposto no artigo 5º.

ARTIGO -3º- Fica criado por força da presente/ Lei o "CONDUTAX" (Cadastro Municipal de Condutores de Taxis).

ARTIGO -4º- Os veículos de aluguel, em serviço no Município, somente poderão ser dirigidos por motoristas devidamente inscritos no CONDUTAX.

ARTIGO -5º- Considera-se motorista profissional autônomo, aquele que dirija, pessoalmente, veículo de sua propriedade e não possua outra profissão paralela.

ARTIGO -6º- Admitir-se-á a co-propriedade de / um só veículo por 02(dois) motoristas profissionais autônomos, desde que previamente inscritos no CONDUTAX e não seja, qualquer um/ deles, proprietário ou co-proprietário de outro veículo (Taxi) -/ com alvará de estacionamento em vigor.

PARAGRAFO PRIMEIRO- Ocorrendo doença, invalidez ou incapacidade, que impossibilite a prestação de serviço por mais de 30(trinta)dias, devidamente comprovada pelo I.N.P.S., poderá o proprietário de taxi indicar outro motorista, desde que o -/ segue.....02



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

02

mesmo esteja registrado como empregado do permissionário para poder dirigir o veículo enquanto perdurar a inatividade do motorista proprietário.

PARAGRAFO SEGUNDO- A substituição dar-se-á sempre que necessária, tantas vezes quanto indicar o Órgão Previdenciário.

ARTIGO -7º- Para obter a inscrição no CONDUTAX/ o interessado deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação profissional;

II- Possuir exame de sanidade física e mental em vigor;

III-Apresentar atestado de residência no Município;

IV -Apresentar Atestado de antecedentes criminais do D.I.C.C. e Delegacia de Polícia Local;

V -Apresentar folha corrida da Justiça Local;

VI -03(três) fotografias recentes, tamanho 3x4.

PARAGRAFO PRIMEIRO- N caso dos itens IV e V deste artigo, será negada a inscrição se constar condenação:

I- Por crime doloso;

II-Por crime culposo, se reincidente até três / vezes num período de cinco(5)anos;

PARAGRAFO SEGUNDO- Para os efeitos desta Lei, / considera-se como residência do inscrito aquela que constar do -/ atestado da Delegacia de Polícia Local, fornecido para a inscrição junto ao CONDUTAX, sendo obrigatória a comunicação de qualquer mudança.

PARAGRAFO TERCEIRO-Vencido o prazo do exame médico da Carteira Nacional de Habilitação, o inscrito deverá apresentar junto ao CONDUTAX, dentro do prazo de 10(dez) dias, comprovante da atualização, sendo que na desobediência o condutor terá/ sua inscrição cancelada.

PARAGRAFO QUARTO-Ocorrendo a hipótese do cance-



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

03

lamento da inscrição, prevista no parágrafo anterior, nova inscrição dependerá de vaga em Ponto de Estacionamento.

ARTIGO -8º- Ocorrendo a morte do proprietário / do taxi, poderá seu Espólio indicar um motorista, inscrito no - / CONDUTAX para dirigir o veículo, até que seja homologada a partilha dos respectivos bens, resguardando-se o direito até que seus / herdeiros tenham adquirido plena capacidade para preencher os requisitos do artigo 7º.-

ARTIGO -9º- Os veículos utilizados no serviço / definido nesta Lei devem ser da categoria automóvel, dotado de 02 (duas) ou quatro portas, em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, isto por meio de prévia vistoria policial e da própria Prefeitura.

ARTIGO -10º- Além de outras condições a serem / estabelecidas em regulamento, os veículos deverão ser dotados dos seguintes requisitos:

- I- Caixa Luminosa, com a palavra "TAXI";
- II-Cartão de Identificação do motorista, e
- III-Tabela das tarifas, em vigor, fornecidas pela Prefeitura Municipal ou Sindicato de Classe, se existir.

ARTIGO -11º- O alvará de estacionamento é documento pelo qual é autorizada a utilização do veículo para prestação dos serviços definidos nesta Lei, bem como seu estacionamento em vias públicas, em pontos previamente estabelecidos pela Municipalidade.

ARTIGO -12º- O alvará de estacionamento requerido pelos permissionários somente será expedido ao veículo que tenha no máximo 5(cinco)anos de fabricação, após comprovação do - / preenchimento das exigências estabelecidas nos artigos 3º, 7º e 9º desta Lei.

ARTIGO -13º- Ao motorista profissional autônomo somente poderá ser concedido o ALVARA relativo ao veículo de sua / propriedade, nos termos desta Lei.

ARTIGO-14º- O Alvará de estacionamento tem validade segue.....04



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

04

dade por um ano e será expedido mediante requerimento, no primeiro mês de cada ano, seguido de pagamento de uma taxa de valor - / igual a 1(um) salário mínimo de maior valor da Região.

PARAGRAFO PRIMEIRO- A taxa referida neste artigo poderá ser paga em 3(três) vezes, em parcelas de igual valor, / uma em janeiro, no ato do requerimento do Alvará de Estacionamento, a segunda em maio e a terceira em setembro, até o dia 30 desses últimos meses.

PARAGRAFO SEGUNDO- O atraso no pagamento por - / mais de trinta(30) dias, após o vencimento do segundo ou do terceiro prazo, implicará na cassação automática do Alvará de Estaciona-
namento.

ARTIGO -15 - O alvará é pessoal, permitida a - / transferência somente nos casos previstos nesta Lei.

ARTIGO -16 - A transferência de alvará poderá - / ser operada quando:

I- Constatar-se incapacidade ou invalidez permanente do motorista autônomo, para a profissão, declarado pelo I.N. P.S.;

II- Ocorrer a hipótese no artigo 6º para um dos / co-proprietários;

III-Houver interesse do proprietário, mediante o pagamento de uma taxa, correspondente a 6(seis) salários mínimos / da Região;

IV -Ocorrer a morte do motorista autônomo, por / intermédio de seus herdeiros.

ARTIGO -17- A permuta de veículos, cujos proprietários possuam alvará de ponto diferentes equivale a transferência sujeitando-se cada um dos permutantes ao pagamento da taxa prevista no item "III" do artigo anterior.

ARTIGO -18- Atendidas as formalidades legais e / regulamentares, a transferência de Alvará de um ponto para outro / será procedida mediante cancelamento do anterior e expedição de - / outro Alvará, em nome do adquirente do veículo e pelo prazo restan

segue....05



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

05/12/40
J. B. M.

te do primitivo, uma vez recolhidas as taxas correspondentes.

ARTIGO -19- O permissionário poderá pleitear a / substituição do veículo indicado no Alvará por outro de fabrica- / ção mais recente, de igual ou maior número de portas, isentando- / -se do recolhimento da taxa correspondente ao Alvará uma vez que / irá aproveitar-se da taxa já recolhida aos cofres Municipais.

ARTIGO -20- Não será expedido Alvará a permissio- / nários em débito com tributos Municipais relativos a atividade de / que trata esta Lei, até que se comprove seu pagamento.

ARTIGO -21- Os pontos de estacionamentos de Taxis / serão estabelecidos pela Prefeitura Municipal, considerada sempre / a proporção de um taxi para cada 500(quinheiros)habitantes.

PARAGRAFO UNICO, Os taxis deverão ser distribui- / dos em "Pontos" de estacionamentos, no perímetro urbano, distan- / tes, no mínimo de 100(cem) metros um do outro.

ARTIGO -22- Ocorrendo a vaga em qualquer ponto / de estacionamento, será preenchida mediante pedido de transferên- / cia formulado pelos permissionários de outros pontos, após a devi- / da comunicação, obedecida a ordem de antiguidade.

ARTIGO -23- Os pontos de estacionamentos serão - / fixados por Ato do Prefeito, do qual constarão a discriminação da / sua localização e da quantidade de veículos a que ele se destina.

ARTIGO -24- A Prefeitura Municipal deverá deter- / minar a localização e a formação de pontos para veículos tipo - / "KOMBI", para a execução de serviços de lotação, pontos estes que / se destinarão exclusivamente para veículos daquele tipo.

PARAGRAFO UNICO- Para esse tipo de serviço a Mu- / nicipalidade poderá criar tantos Pontos quantos achar conveniente.

ARTIGO -25- Na localização dos pontos deverá o - / Prefeito atender as conveniências do trânsito, a estética da cida- / de e as necessidades do público, obedecendo as diretrizes traça- / das pelo Plano Piloto ou Plano Diretor.

ARTIGO -26- Qualquer ponto de estacionamento po- / derá por motivo de interesse público, ser extinto, transferido, /



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

06

ampliado ou diminuído.

PARAGRAFO PRIMEIRO- No caso de extinção serão os/veículos transferidos para outro ponto.

PARAGRAFO SEGUNDO- No caso de redução serão transferidos os veículos de menor permanência no ponto.

ARTIGO -27- Será obrigatória a permanência de apenas um veículo durante as 24(vinte e quatro) horas por dia em cada "Ponto de Estacionamento".

ARTIGO -28- Cada Ponto de Estacionamento elegerá/um coordenador e um vice-coordenador, com mandato de 02(dois) anos, processando-se essa eleição pelos motoristas dos respectivos pontos pela forma direta e secreta, fazendo-se a comunicação ao Prefeito / para o devido registro.

PARAGRAFO UNICO- No caso de impedimento dos eleitos será realizada nova eleição para a complementação do período -/ restante.

ARTIGO -29- Os coordenadores elegerão entre si, / na forma do artigo 28, um coordenador geral de todos os pontos de / Estacionamento de Taxi desta cidade, com mandato de 2(dois) anos a/ quem caberá as funções de árbitro em todas as questões que por ventura surgirem entre os pontos, além das de delegado entre o executivo e os motoristas na solução de assuntos atinentes a classe.

ARTIGO -30- As irregularidades ocorridas nos pontos de estacionamento serão comunicados à Coordenadoria Geral, pelo coordenador competente, sendo aplicável, depois de apuradas as responsabilidades do infrator, as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta:

I -Repreensão;

II-Suspensão de até 15 dias;

III-Suspensão dos direitos ao ponto de até 02(- / dois) anos.

PARAGRAFO PRIMEIRO- A aplicação da penalidade prevista no item I deste artigo cabe à coordenadoria geral; ao estabelecido nos itens II e III será de competência exclusiva do Prefeito

segue....07



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

07/12/42
HOM

após a Sindicância para apurar a responsabilidade do infrator.

PARAGRAFO SEGUNDO- A suspensão dos direitos de exploração dos serviços, impedirá a permuta de local e a transferência de tais direitos a terceiros de que tratam os artigos 7º e 8º desta Lei.

PARAGRAFO TERCEIRO- O motorista que tiver seus direitos cassados, não poderá exercer a profissão em nenhum ponto de estacionamento do Município, durante a vigência da penalidade.

ARTIGO -31- Os permissionários e condutores de Taxis deverão respeitar as disposições legais e regulamentares, bem como facilitar, por todos os meios, a atividade da fiscalização Municipal.

ARTIGO -32- Os motoristas profissionais autônomos serão obrigados ainda, a:

- I-Manter o veículo em boas condições de tráfego;
- II-Fornecer à Prefeitura sede da CONDUTAX, dados estatísticos e quaisquer elementos que forem solicitados para fins de controle e fiscalização;
- III-Atender as obrigações fiscais e previdenciárias.

PARAGRAFO UNICO- Ao permissionário é vedado manter preposto para dirigir o veículo.

ARTIGO -33- É obrigação de todo condutor de TAXI observar os deveres e proibições do Código Nacional de Trânsito, -/ suas Portarias e Determinações legais e especialmente:

- I-Tratar com polidez e urbanidade os passageiros e o público em geral;
- II-Trajar-se adequadamente;
- III-Não recusar passageiros;
- IV-Não cobrar acima da tabela;
- V-Não permitir excesso de lotação.

S

E



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

08

ARTIGO -34- Esta Lei entrará em vigor na data -/
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE =/
IBIUNA , AOS 18 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 1.978.

Vereador - JOSÉ GOMES

Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna

- LUIZ GABRIEL VIEIRA -1º SECRETARIO-



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 320/78

Ibiúna, 19 de Julho de 1.978.

16.44
19/07/78

SENHOR PREFEITO:

Através do presente encaminho a V. Ex^a., o ATOGRÁFO DE LEI Nº 023/78, referente ao Projeto de Lei nº 002/78-L, que Estabelece normas para execução de serviços de transporte individual de passageiros em veículos de aluguel, e dá outras providências, aprovado na Sessão Ordinária do dia 29/06/78.

Valho-me do ensejo, para apresentar-lhe os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Vereador - JOSE GOMES
Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna

AO EXMO. SR.

DR. ORLANDO DA SILVA

DD. PREFEITO MUNICIPAL DE IBIÚNA

N E S T A.



CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o Projeto de Lei nº 002/78 recebeu Parecer da Comissão de Obras Serviços Públicos e Atividades Privadas. Recebeu Parecer da Comissão de Justiça e Redação e da mesma Comissão recebeu EMENDA ADITIVA NºS.01,02 e 03; e / EMENDA MODIFICATIVA NºS.01,02 e 03.

Ibiúna, 11 de abril de 1.978.

MAFALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o presente Projeto de Lei nº 002/78 recebeu Substitutivo das Comissões e que o mesmo foi apresentado na Sessão Ordinária do dia 27/04/78, bem como o Parecer.

Ibiúna, 28 de abril de 1.978.

MAFALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o presente Projeto entrou em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 01/06/78, sendo que o mesmo / foi retirado da Ordem do Dia, pelo motivo de que o Nobre Vereador Iuquim Elias apresentou também Substitutivo ao referido Projeto.

Ibiúna, 02 de junho de 1.978.

MAFALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE o presente Substitutivo do Nobre Vereador Iuquim Elias foi aprovado em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 22/06/78. Ibiúna, 23 de junho de 1.978.

MAFALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor

CERTIDÃO

CERTIFICO, que o Substitutivo apresentado pelo Nobre Vereador Iuquim Elias ao Projeto de Lei nº 002/78 foi aprovado na Sessão Ordinária do dia 29/06/78.

Ibiúna, 30 de junho de 1.978.

MACALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor

CERTIDÃO

CERTIFICO, que foi expedido o Autógrafo de Lei nº 023/78 através do ofício nº 320/78 de 19/07/78.

Ibiúna, 19 de julho de 1.978.

MACALDA GABRIEL NANNI

Assistente de Diretor